

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE**
2 **GESTÃO – CTIL-G - 2015.**

3 Aos nove dias do mês de abril de 2015, às 14h15min, o Comitê das Bacias Hidrográficas
4 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 1ª Reunião,
5 na Sala de Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes
6 assuntos: 1- Aprovação da ata da reunião anterior (05.03.2015); 2- Discussão e elaboração
7 de minuta de resolução sobre o aumento dos valores a serem repassados para o CEIVAP;
8 3- Assuntos Gerais. O subcoordenador da CTIL-G, Paulo de Tarso (FIRJAN), iniciou a
9 reunião solicitando a aprovação da ata anterior. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que a ata
10 seja enviada a todos que participaram da primeira reunião, ao invés de ser enviada apenas
11 para os eleitos. Julio Cesar Antunes (ABES) concordou e solicitou que a Secretaria
12 Executiva enviasse e aguardasse eventuais contribuições. Após contribuições, a ata foi
13 aprovada. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) e Magno Roza (EMATER-RJ) pediram
14 esclarecimento sobre as duas representações da CEDAE na Câmara Técnica. Julio Cesar
15 (ABES) explicou que uma corresponde a sistema de abastecimento e distribuição e a outra
16 à captação da ETA Guandu. Além disso não haveria nenhum usuário que pudesse se
17 inscrever. Amisterdan (SIMARJ) explicou que foi um consenso. Marcelo Bassi (TKCSA)
18 manifestou novamente o interesse da TKCSA de participar na câmara técnica caso haja a
19 possibilidade. Amisterdan (SIMARJ) lembrou que Jaime Azulay (CEDAE) sugeriu que a
20 interessada apresentasse documento para requerer a vaga. Julio Cesar Antunes (ABES)
21 sugeriu que a continuidade do trabalho e das contribuições é muito importante, e em caso
22 de vaga disponível, que a interessada ocupe. Mas que a decisão e os trâmites devem ser
23 de responsabilidade da Câmara. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que a vaga disponível
24 é da CTEG. Julio (ABES) acha que a CEDAE pode ceder uma vaga na CTEG. Amisterdan
25 (SIMARJ) lembrou a disponibilidade de vagas de suplência na Plenária. Julio Cesar
26 Antunes (ABES) solicitou que a vaga da CEDAE passe para a LIGHT e a TKCSA ocupe a
27 vaga em aberto na CTEG. Paulo de Tarso (FIRJAN) passou ao segundo item de pauta.
28 Julio (ABES) solicitou a projeção da minuta de nova deliberação do CEIVAP com
29 contribuições da CTIG até o fim de 2014. Relatou as reuniões da Comissão Especial
30 Permanente de Articulação do CEIVAP e Comitê Guandu. O mesmo informou que a
31 discussão ficou mais acirrada por conta de várias obras de adaptação das captações para
32 combater o impacto da crise hídrica. Para que o Comitê pudesse colaborar, o instrumento
33 legal escolhido foi o repasse de 15% que o Guandu paga ao CEIVAP por conta da
34 transposição. A ideia sugerida era fazer a antecipação em cima do aumento do repasse.
35 Julio então respondeu que isso fosse assumido publicamente. Julio (ABES) afirmou que
36 não havia propostas concretas para o Guandu sobre a concordância com a alteração do
37 repasse. Julio relatou a sugestão de Decio Tubbs (UFRRJ) que a resposta do Guandu
38 seria feita em relação a uma proposta concreta elaborada pelo CEIVAP. Na falta de
39 propostas, Julio (ABES) prosseguiu dizendo que o Comitê Guandu pensou que as
40 discussões devem ser norteadas por projetos ao invés de percentuais. Caso os projetos
41 hierarquizados pelo CEIVAP fossem avaliados positivamente, seriam utilizados recursos
42 do Guandu. Destacou a nota técnica da ANA, relatando que o Comitê Guandu abriu mão
43 dos recursos financeiros oriundos da compensação de energia. De certa forma, o Comitê
44 Guandu já fez uma concessão de recursos para o Estado. A maneira como a alteração foi
45 proposta pelo CEIVAP, chegando a até 80%, inviabilizaria diversas ações correntes e
46 futuras do Comitê. Calculando hoje, os 15% correspondem a cerca de dois milhões de
47 reais. O conjunto de fatores de vazão, disponibilidade de recursos e soluções necessárias
48 formam um universo que não diz respeito apenas à transposição. O Guandu tem os

49 grandes usuários, então reúne maiores recursos. Mas o dinheiro é empregado na bacia,
50 sendo 70% direcionados para o saneamento. Se o recurso que deve ser aplicado for
51 direcionado a projetos, vai dar foco para as discussões. E isso influencia também nas
52 decisões tomadas no Comitê a nível de estado do Rio de Janeiro, desde 2002. Agora o
53 Comitê consegue efetivar os projetos, olhar pra novas parcerias. Discutir a transferência de
54 recursos é também um pouco de planejamento para as possibilidades futuras. A maior
55 dificuldade em disponibilizar recurso para o setor público, hoje, é ter gente que atenda às
56 exigências para executar os projetos. A ideia inicial é que as pessoas leiam essa proposta
57 da alteração e façam contribuições antes de tomar a decisão final em relação ao
58 documento. Hendrik Mansur (TNC) lembrou que os recursos do Comitê Guandu devem ser
59 aplicados no Estado do Rio de Janeiro, assim como os outros quatro Comitês que também
60 participam do CEIVAP. O mesmo falou que imagina que é melhor para o estado distribuir
61 os recursos do Guandu entre outros Comitês. Com isso acordado iriam os quatro Comitês
62 afluentes e o Guandu para a articulação. Julio (ABES) disse que a intenção é essa, mas
63 falta unidade. O trabalho e o reconhecimento do Comitê Guandu são resultado de muita
64 articulação. Julio (ABES) prosseguiu com o relato das reuniões da Comissão Especial
65 Permanente de Articulação – CEPART. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
66 perguntou, em relação ao aumento da cobrança, se seriam projetos ou programas
67 considerados para o repasse de recurso. Julio Cesar Antunes (ABES) disse que podem ser
68 os dois. O mesmo demonstrou a apresentação de Eduardo Dantas sobre a proposta de
69 revisão de cobrança do CEIVAP, que acabaria inviabilizando projetos do Comitê. É
70 possível montar uma tabela para tentar mostrar a margem de manobra de recursos.
71 Hendrik Mansur (TNC) explicou que as negociações trabalham entre propostas e margens
72 de negociação. O mesmo falou que não imagina que a reunião deva decidir. Julio (ABES)
73 sugeriu que a Diretoria espere uma discussão na Câmara mais ampla, e depois a Diretoria
74 avalia a decisão. O mesmo destacou que não abrissem mão da discussão de projetos.
75 Após decisão da Câmara Técnica, a Diretoria fará uma avaliação. Julio reafirmou que é
76 importante não abandonar a discussão de projetos. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ)
77 concordou, dizendo que em projetos aprovados é a bacia que ganha. Rinaldo Rocha
78 (LIGHT) perguntou se a proposta do CEIVAP foi baseada em algum diagnóstico de
79 demandas de projetos da bacia. Julio (ABES) informou que toda a discussão, desde o
80 estabelecimento dos 15%, era baseada em previsão de arrecadação dos usuários. Foi
81 proporcional, à época, à quantidade que seria arrecadada no CEIVAP em termos de
82 outorga da água. Nesse sentido, proporcionalmente, o índice do Guandu representaria a
83 arrecadação do CEIVAP, e isso dobrou a arrecadação do CEIVAP. O subcoordenador
84 Paulo de Tarso fez a leitura da minuta que dispõe sobre a alteração da cobrança. Julio
85 informou sobre a apresentação de aplicação dos recursos na bacia do CEIVAP. Julio
86 destacou o item que considera a resolução do CNRH que prorrogou o prazo para revisão
87 da cobrança até 31 de dezembro de 2013. Também apontou a relevância da nota técnica
88 da ANA que a parcela superior a 15% seja aplicada no território fluminense que
89 compreende as bacias dos rios Paraíba do Sul e Guandu. Julio lembrou que deve haver
90 uma proposta encaminhada do Comitê para o CERHI-RJ. Julio recomendou que a
91 formação da CEPART deveria ser discutida dentro da CTIL-G. Hendrik (TNC) enumerou
92 suas considerações: sobre o artigo 3º, rever “integração”. Franziska (FAETERJ-Paracambi)
93 e Hendrik (TNC) concordaram no ponto em que a aplicação dos recursos deve ser no
94 estado do Rio de Janeiro, e não em toda a bacia do Paraíba do Sul. Sobre o artigo 5º,
95 Hendrik Mansur (TNC) destacou que é necessário especificar a cobrança e a taxa de 25%.
96 Em seguida, falou sobre a Comissão de Articulação, dizendo que o Guandu tem área

97 dentro da área de abrangência do CEIVAP. E é necessário incluir o Comitê Guandu como
98 membro do CEIVAP, assim como outros Comitês que já participam. Baseando a idéia em
99 trechos do rio Piraí. Sobre o artigo 7º: afirmou que não é viável delegar às plenárias de
100 Guandu e CEIVAP a aprovação de projetos avaliados pela CEPART. Sobre a Comissão
101 (art. 6º): é necessário equilibrar a votação. Isso se refere à disposição dos órgãos de
102 Estado na hora de votar, e o Comitê Guandu fica em desequilíbrio, e os Estados já estão
103 dentro dos Comitês. Julio Cesar (ABES) sugeriu retirar os órgãos de Estado da Comissão.
104 Franziska (FAETERJ-Paracambi) apontou sobre o art. 1º que o valor de 15% fica mantido
105 até 2016. E fica subentendido que terminam nesse ano. Hendrik (TNC) acrescentou que a
106 visão geral é que continua normal até 2016. E a partir de 2017, o valor da cobrança passa
107 a totalizar 25%, sendo que 10% devem ser vinculados a projetos – isto definido em artigos
108 seguintes. Hendrik (TNC) destacou que é necessário constar no texto que os recursos
109 devem ser aplicados no estado do Rio de Janeiro. Julio (ABES) concordou, solicitando que
110 seja retirada a expressão “calha federal”. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
111 questionou sobre os 10% serem anuais ou acumulativos, caso o valor repassado não seja
112 aplicado. A mesma preocupou-se com a possibilidade dos recursos do Guandu ficarem
113 estagnados. Hendrik (TNC) completou, pedindo para inserir no artigo que, caso o recurso
114 não seja utilizado pelo CEIVAP, o Comitê Guandu está autorizado a utilizar em sua bacia.
115 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) sugeriu a reivindicação dos recursos provenientes da
116 compensação do setor elétrico. Julio Cesar (ABES) explicou que já existe uma situação
117 estruturada no estado do Rio de Janeiro em torno da Política de Recursos Hídricos. E o
118 Comitê Guandu já deliberou recursos para os Planos Municipais de Saneamento Básico na
119 bacia do Paraíba do Sul, ou seja, já atua na bacia do CEIVAP. Então pensar em questionar
120 a questão da compensação elétrica pode servir como um argumento para outras
121 circunstâncias. Hendrik Mansur (TNC) solicitou adicionar o Guandu como membro do
122 CEIVAP a partir de 2017, em função do território. Julio Cesar (ABES) solicitou que os
123 membros leiam a minuta até a próxima reunião. Hendrik (TNC) sugeriu que os materiais de
124 reunião sejam encaminhados para ambas as Câmaras. 3 – Julio explicou brevemente
125 sobre a escassez hídrica e a evolução das resoluções emitidas pela ANA que autorizam a
126 redução de vazão. Seguem as vazões de acordo com cada mês: 173 m³/s em maio/14;
127 165 m³/s em julho/14; 160 m³/s em agosto/14; 140 m³/s em dezembro/14; e 110 m³/s em
128 março/15. Julio informou que será encaminhado o link da operação hidráulica para os
129 membros da Câmara. Explicou a diferença entre os níveis de reservatório em 5 de abril de
130 2014 (40,7%) e no mesmo dia no ano atual (16,7%).(repetir explicação de Julio que está
131 na ata da CTEG). Caroline Lopes (AGEVAP) apresentou o andamento das ações de PSA.
132 A respeito do edital do PRO-PSA, a mesma falou que a idéia é que os membros levem
133 para suas instituições a oportunidade do edital para ampliar o programa. Caroline
134 (AGEVAP) apresentou brevemente as características do programa: a remuneração de
135 produtores rurais que empreendem ações de restauração e conservação florestal. Em
136 seguida, os proponentes, que são Prefeituras e órgãos associados às Prefeituras da RH-II.
137 Os municípios interessados deverão submeter as propostas à AGEVAP, que vai
138 hierarquizar as iniciativas. Quanto ao projeto Produtores de Água e Floresta – PAF, falou
139 sobre a Unidade Gestora do Projeto - UGP, formada por AGEVAP, ITPA, TNC E INEA
140 Caroline (AGEVAP) relatou o andamento do PAF, cuja unidade executora é a Tecnogeo. A
141 empresa acompanha contratos e ações do PAF, que está sendo ampliado. José Arnaldo
142 (P.M. Japeri) informou sobre o andamento do projeto de PSA no município de Japeri. No
143 momento, estão discutindo o valor de ICMS Verde e outras ações para agregar o recurso
144 para o PSA. O mesmo informou que a articulação envolve EMATER, FIPERJ, ITERJ,

145 Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura, que discutem as ações
146 ambientais que agregam recurso do ICMS Verde para o município. Jose Arnaldo P.M.
147 Japeri) pediu a apresentação sobre PRO-PSA e PAF para encaminhar para apresentar no
148 Conselho Municipal de Meio Ambiente de Japeri. Como lista de encaminhamentos, segue:
149 1 - Enviar as atas aprovadas (CTEG e CTIL-G) para todos os presentes nas reuniões de
150 05.03.2015 para apreciação e contribuições. 2 - Enviar à CTEG a solicitação de encaixe de
151 novos membros, sendo: Light (representada por José Gomes) na vaga da CEDAE
152 (ocupada por Raul Romero) e Thyssenkrupp-CSA na vaga em aberto. Estas enviarão a
153 solicitação à secretaria executiva. 3 - Resgatar a apresentação sobre a aplicação
154 financeira no CEIVAP (CTIG de 2014 - apresentado por Juliana Fernandes). 4 - Enviar
155 convocações e materiais da CTEG aos membros da CTIL-G e vice-versa. 5 - Enviar aos
156 membros da CTIL-G o link para acesso aos documentos das reuniões da GTA OH (no site
157 da AGEVAP). 6 - Revisar e atualizar o texto da resolução CEIVAP conforme contribuições
158 da reunião. O subcoordenador da CTIL-G, Paulo de Tarso (FIRJAN), agradeceu a
159 presença de todos e encerrou a reunião às 17h08min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo
160 esta ata que segue assinada pelos membros da CTIL-G.

161
162 Amisterdan Ribeiro Cristo (SIMARJ) _____
163 Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) _____
164 Rinaldo José da Silva Rocha (LIGHT) _____
165 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) _____
166 Iran Bittencourt Borges (ITPA) _____
167 Thayani dos Santos Velasco (P.M. Seropédica) _____
168 Magno dos Santos Roza (EMATER-RJ) _____
169 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) _____
170 José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (P.M. Japeri) _____

171
172 **Membros Presentes**

173 **Usuários:** Amisterdan Ribeiro Cristo (SIMARJ); Paulo de Tarso (FIRJAN); Rinaldo Rocha
174 (LIGHT)

175 **Sociedade Civil:** Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi); Iran Bittencourt Borges (ITPA);

176 **Governo:** Thayani dos Santos Velasco (P.M. Seropédica); Magno dos Santos Roza
177 (EMATER-RJ); Andreia Loureiro (P.M. Queimados); José Arnaldo dos Anjos de Oliveira
178 (P.M. Japeri);

179
180 **Membros Ausentes**

181 **Usuários:** Jaime Azulay (CEDAE);

182 **Sociedade Civil:** Fernando Ribeiro (CI BRASIL); Vera Agarez (UVA);

183 **Governo:**

184
185 **Convidados:** Lucimar Marinho (TKCSA); Marcelo Bassi Costa (TKCSA); William Weber
186 (Jornalista); Wallace Rodrigues (P.M. Paracambi); Hendrik Mansur (TNC);

187